Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

PKF
Accountants &
business advisers

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena,** as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 5.312.383 euros e um total de fundos de capital de 1.901.924 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 74.141 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Direct tel +351 226 199 430 | Mobile +351 962 116 709
Direct fax +351 226 198 439 | Email geral.porto@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados, SROC, Lda. | Av. da Boavista, 3521 – sala 507 | 4100-139 | Porto | Portugal

Contribuinte n.º 504 046 683
Capital Social € 50.000
Inscrita na OROC sob o nº 152 e na CMVM sob o nº 9005A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos actos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena** em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto a Instituição não possuir um cadastro de imobilizado devidamente conciliado com os registos contabilísticos. Apesar desta situação julgamos não existirem diferenças materialmente relevantes, entre os valores do património da Instituição e os registos contabilísticos.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 16 de março de 2016

PKF & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

Declaração do Órgão de Gestão

Exmos. Senhores
PKF & Associados, Sroc, Lda
Av. da Boavista, 3521 S/ 507
4100-139 Porto

Ribeira de Pena, 16 de Março de 2016

Exmos. Senhores

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 5.312.383 euros e um total de fundo de capital de 1.901.924 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 74.141 euros) conducente à emissão da respectiva certificação legal de contas.

1. Reconhecemos que é da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, os resultados da sua actividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar fraudes, eventuais erros ou irregularidades.

2. Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Instituição e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação.

3. A última ata disponibilizada foi a ata n.º19 de 18 dezembro de 2015.

4. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das nossas demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

5. Não temos conhecimento de quaisquer irregularidades envolvendo a Mesa Administrativa e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nos mapas financeiros ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de prejuízos contingentes. A Instituição tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu.

6. Acresce o facto de reconhecermos a nossa responsabilidade pela implementação e operações dos sistemas contabilístico e de controlo interno concebidos no sentido de evitar e detectar possíveis fraudes e erros, sendo nossa convicção que os possíveis efeitos dessas distorções por corrigir, tanto individualmente como em agregado, não serão materiais nas demonstrações financeiras tomadas como um todo.

7. As demonstrações financeiras incluem todos os activos de propriedade da Instituição que nelas devem figurar (incluindo todos os saldos em caixa e em contas bancárias onde se encontram depositados fundos e disponibilidades da Entidade).

8. Todas as responsabilidades referentes a dívidas à terceiros, estão devidamente reflectidas nas contas da Instituição, nomeadamente os saldos de fornecedores e outras contas a pagar.

9. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor dos Activos Fixos Tangíveis, resultantes de progresso tecnológico, de condições de mercado ou de alteração do gosto dos consumidores. Os preços de aquisição destes bens de Activos Fixos Tangíveis, passados e presentes, corresponderam ao seu efectivo gasto, resultaram duma análise cuidada e aprofundada das melhores condições existentes no mercado, e não poderão ser questionados quanto à sua razoabilidade.

10. Relativamente às taxas de depreciação que estão a ser praticadas, é firme convicção da Mesa Administrativa que são as que melhor se adequam ao efectivo desgaste dos bens e melhor se enquadram na realidade da Instituição. Quanto à inexistência dum cadastro de imobilizado devidamente actualizado e falta de identificação da totalidade dos bens, apesar de termos consciência da sua necessidade e de estar prevista a realização dum trabalho aprofundado nesta área, não nos parece que a existirem diferenças entre os valores contabilísticos e os bens existente elas possam afectar de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras apresentadas.

11. As contas a receber evidenciadas no balanço representam créditos válidos sobre clientes/utentes e outros devedores por serviços prestados ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de dezembro de 2015. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada. De igual forma, confirmamos que a globalidade dos saldos de Utentes em aberto à data de 31-12-2015 é recuperável, não tendo conhecimento de qualquer facto que possa por em causa a sua materialização.

12. Todo o passivo da Instituição de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que não existe necessidade de reconhecimento de Provisões a qualquer título.

13. A Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena trabalha com o Advogado Dr. Domingos Dias, Dr.ª Guiomar Cardoso e Dr. José M. Fraga Ferreira.

14. Relativamente à responsabilidade relativa a férias e subsídio de férias a pagar em 2016, referente a 2015, confirmamos que o valor reconhecido nas contas constitui a sua melhor estimativa à data, incluindo a actualização salarial ocorrida neste ano.

15. Não temos conhecimento de quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados e de quaisquer reclamações relativas a processos judiciais contra a instituição.

16. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.

17. A Instituição não registou e/ou pagou quaisquer montantes que se encontrem suportados por documentos que não cumpram - em termos formais ou de facto -

os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transacções efectivas realizadas pela mesma. Todas e apenas transacções efectuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e reflectidos nos registos contabilísticos da Instituição em 31 de dezembro de 2015.

18. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2015 que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao período findo.

Sem outro assunto de momento, apresentamos a V. Exas. os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

Com os melhores cumprimentos,

Assinaturas:

Mesa Administrativa

C.C.

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reunido aos quinze dias de Março do ano de 2016, o Conselho Fiscal da entidade denominada "Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena", com o propósito de se pronunciar sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2015. Após terem sido efetuados diversos testes é nossa opinião que as contas e o Relatório estão em conformidade com a legislação em vigor, pelo que as contas devem ser aprovadas e os resultados obtidos no valor de – 74 141.33€ (negativo), devem ser aplicados em resultados transitados na sua totalidade.

Ribeira de Pena, 16 de Março de 2016

O Presidente do Conselho Fiscal

(Ernesto Augusto da Costa)

Vogal

(Hermano Gonçalves Pimenta Pereira)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

O ano de 2015 foi fortemente marcado pelas actividades decorrentes da aprovação no ano anterior do Fundo de Reestruturação Sector Social. Este visa a recuperação económico-financeira de instituições do 3º sector em manifesta dificuldade financeira, mas com capacidade e viabilidade económica.

O Fundo apoiou economicamente, através de um empréstimo de médio prazo com uma taxa de juro 0% e controla a implementação de medidas de correcção económico-financeira, bem como o plano de reembolsos ao Fundo. As condições de aprovação do Fundo têm a ver com a viabilidade económico financeira da Instituição proponente e com a classificação obtida pelo conjunto de acções e demonstrações financeiras do impacto das mesmas.

Apesar da sua aprovação, a operacionalização do fundo e, portanto, da própria reestruturação acabou por ser atrasada em cerca de 5 meses face ao previsto inicialmente, o que acabou por atirar apenas para o segundo trimestre do ano as principais acções correctivas à actividade da SCM.

Assim, as primeiras medidas que acabaram por marcar o ano de 2015 foram iniciadas apenas em Abril, com o encerramento da UMFR, unidade que apresentava o maior prejuízo em toda a Santa Casa.

Prosseguiu-se com a renegociação de prazos e de fornecimentos com os fornecedores ao longo de todo o segundo trimestre.

Iniciaram-se as obras de ampliação da UCC, que foram concluídas no Verão e para as quais aguardamos ainda a efectivação do alargamento do acordo com o Ministério da Saúde.

Por outro lado o ano fica marcado por algumas acções recuperação de créditos, quer ao nível de projectos comunitários quer ao nível de acções judiciais para recuperar dívidas.

Foram submetidas ao ON2 Overbooking 2 candidaturas para financiamento quer dos geradores de suporte ás unidades quer das obras de ampliação da UCC. Ambas as candidaturas foram aprovadas e os respectivos contractos assinados já no final do ano, embora ainda aguardemos pela transferências das verbas em causa.

No caso do litígio com o Município relativo à divida crescente que este mantém na SCM, foi instaurado um processo executivo que deverá ter o seu desenlace final já em 2016.

Em números globais podemos referir que depois de um ano 2014 com um deficit de 245 000 euros, e após o primeiro ano de reestruturação, fecharemos o ano de 2015 com um deficit inferior a 130 000 euros. Isto demonstra a inversão da tendência, uma vez que nos últimos anos a tendência tinha vindo a ser crescente.

Com base nestes resultados, decidimos já em finais de 2015 proceder à reestruturação do Plano aprovado pelo FRSS, em virtude de não ter sido possível concretizar todo o plano de

rescisões (por manifesta falta de capacidade financeira), não ter sido possível fechar positivamente a negociação com o Município para o recebimento de todos os montantes em atraso e ainda porque parte significativa das parcerias inicialmente previstas, terem directamente a ver com o Município e por isso tornar-se manifestamente impossível concretizar o previsto.

Este projecto de reformulação ao plano de reestruturação foi apresentado e foi aprovado, tendo os organismos avaliadores (empresa de consultoria "Vector Estratégico", União das Misericórdias Portuguesas e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) entendido o reajuste do Plano e confirmado que o mesmo torna a Instituição mais sustentável a médio e longo prazo e com medidas que dependem quase exclusivamente da mesma e não tanto de terceiros.

Foi ainda realizado o estudo de viabilidade económico financeira para um apoio a 90% de obras de remodelação no edifício lar e no edifício da UMFR para transformar os espaços de forma a permitir a abertura de mais 10 a 12 camas residenciais para idosos e duma UMFR de dimensão adequada ao Concelho que reabilite a prestação dos cuidados de fisioterapia mas desta vez gerando superavit em vez de défice.

Assim, em termos de resumo, o ano 2015 fica marcado pela diminuição acentuada do défice em mais de 50%, apesar de termos perdido mais de 20% de receitas. É pois um ano de viragem no défice crescente que se vinha acentuando nos últimos anos e é um ano exemplar em matéria de consolidação orçamental rumo a um superavit que se prevê já para 2016. Um ano difícil em que as medidas tomadas e a resiliência dos colaboradores e dos dirigentes permitiram uma racionalização incomparável em matéria de custos. Um ano que, dir-se-ia, terá sido o ano 0 na recuperação económico-financeiro da SCM de Ribeira de Pena.

Ribeira de Pena, 31 de março de 2016

AMesa Administrativa

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA

Anexo

16 de Março de 2016

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
3 Principais Políticas Contabilísticas 4
3.1 Bases de Apresentação 4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 12
5 Activos Fixos Tangíveis 12
6 Activos Intangíveis 13
7 Locações 14
8 Custos de Empréstimos Obtidos 14
9 Inventários 15
10 Rédito 15
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 15
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 15
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 16
14 Imposto sobre o Rendimento 16
15 Benefícios dos empregados 16
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 16
17 Outras Informações 17
17.1 Investimentos Financeiros 17
17.2 Clientes e Utentes 17
17.3 Outras contas a receber 17
17.4 Diferimentos 17
17.5 Outros Activos Financeiros 18
17.6 Caixa e Depósitos Bancários 18
17.7 Fundos Patrimoniais 18
17.8 Fornecedores 18
17.9 Estado e Outros Entes Públicos 19
17.10 Outras Contas a Pagar 19
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração 19
17.12 Fornecimentos e serviços externos 20
17.13 Outros rendimentos e ganhos 20
17.14 Outros gastos e perdas 20

© F3M – Information Systems, SA

17.15 Resultados Financeiros.....21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....21

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com registo lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 01/90 a fls. 80, do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República n.º402/85 de 11 de Outubro aprovado pela Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, com sede em LUGAR DO CAVALINHO – RIBEIRA DE PENA. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

O apoio à família e a proteção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Centros de Convívio, Centros de Atendimento e Acompanhamento Social, Centros de Noite, Serviço de Apoio Domiciliário, Unidade de Apoios Continuados, Centro de Reabilitação Física, Unidade Móvel de Saúde, Creches, Jardins de Infância, Centro de Atividades de Tempos Livres, Ludotecas, Salas de Leitura e Centro de Apoio Sócio Educativo e outras valências na área do Ensino e da Saúde, nomeadamente transportes de alunos e doentes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

© F3M – Information Systems, SA

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

© F3M – Information Systems, SA

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido aplicadas as taxas mínimas do método das quotas constantes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12

© F3M – Information Systems, SA

Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método não constante/ano civil em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	10

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao preço do custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o método FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

© F3M – Information Systems, SA

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

© F3M – Information Systems, SA

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a

© F3M – Information Systems, SA

Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

© F3M – Information Systems, SA

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

© F3M – Information Systems, SA

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 066 072.45	13 345.32	0.00	0.00	0.00	5 079 317.77
Equipamento básico	710 140.18	64 408.57	0.00	0.00	0.00	774 548.75
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	95 250.88	712.75	0.00	0.00	0.00	95 250.88
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 051 371.93**	**78 466.64**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**6 129 738.57**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	686 696.81	50 268.67	0.00	0.00	0.00	736 965.48
Equipamento básico	497 472.95	37 035.82	0.00	0.00	0.00	534 508.77
Equipamento de transporte	147 738.85	9 771.28	0.00	0.00	0.00	157 510.13
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	77 384.74	9 557.63	0.00	0.00	0.00	86 942.37
Ferramentas e Utensílios	41 742.37	8 317.44	0.00	0.00	0.00	50 059.81
Outros Activos fixos tangíveis	12 574.24	7.53	0.00	0.00	0.00	12 581.77
Total	**1 463 609.96**	**114 958.37**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 578 568.33**

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 079 317.77	130 206.57	0.00	0.00	0.00	5 209 524.34

© F3M – Information Systems, SA

Equipamento básico	774 548.75	56 523.21	0.00	0.00	0.00	831 071.96
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	95 250.88	1 432.75	0.00	0.00	0.00	96 683.63
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 129 738.57**	**188 162.53**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**6 317 188.35**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	736 965.48	52 009.00	0.00	0.0	0.00	788 994.68
Equipamento básico	534 508.77	46 048.22	0.00	0.00	0.00	580 536.79
Equipamento de transporte	157 510.13	9 771.28	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	86 942.37	9 555.67	0.00	0.00	0.00	96 498.04
Ferramentas e Utensílios	50 059.81	4 664.24	0.00	0.00	0.00	54 724.05
utros Ativos fixos tangíveis	12 581.77	7.53	0.00	0.00	0.00	12 589.30
Total	**1 578 568.33**	**122 055.94**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1 700 624.27**

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2014					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	10 427.78	4920.00	0.00	0.00	0.00	15347.78
Total	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

© F3M – Information Systems, SA

Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	10427.78	217.80	0.00	0.00	0.00	10 468.78
Total	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**

	2015					
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15 347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	**15 347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	10 468.78	492.00	0.00	0.00	0.00	10 960.78
Total	**10 468.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**10 960.78**

7 Locações

A Entidade não detém qualquer locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2015			2014		
Descrição	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**	**Corrente**	**Não Corrente**	**Total**
Empréstimos Bancários	134 429.00	1 765 566.62	1 899 995.62	0.00	1 841 450.38	1 841 450.38
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	188 500.00	0	188 500.00	190 250.00	0	190 250.00
Contas Bancárias de Factoring	0	0	0.00	0	0	0.00
Contas bancárias de letras descontadas	0	0	0.00	0	0	0.00
Outros Empréstimos	0	500 000.00	500 000.00	0.00	0.00	0.00
Total	**322 929.00**	**2 265 566.62**	**2 588 495.62**	**190 250.00**	**1 841 450.38**	**2 031 700.38**

© F3M – Information Systems, SA

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7064.52	77 342.77	0.00	8 262.17	51 412.26	0.00	5 215.60
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em cu[illegible]	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	**7064.52**	**77342.77**	**0.00**	**8262.17**	**51 412.26**	**0.00**	**5215.60**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				**76145.12**			**54 458.83**
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	12 427.0	15 699.07
Quotas de utilizadores	511 323.40	530 595.60
Quotas e jóias	5 080.00	3 135.00
Serviços Secundários	16 361.63	66 734.86
Subsídios, doações e legados à exploração	1 175 547.40	1 322 619.90
Outros rendimentos e ganhos	365 111.14	135 503.80
Juros	0.00	0.00
Total	**2 085 850.57**	**2 074 288.23**

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	967 042.59	1 053 782.08
Fundo de Socorro Social	0	0.00
Subsídio de outras entidades	208 504.81	268 837.82
Apoios do Governo		
Total	**1 175547.40**	**1 322 619.90**

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2014 e 2015, foram, respetivamente 13 e 13. Entre um período e outro verificaram-se alterações na sua constituição, uma vez que a 23 de Janeiro de 2015 decorreu o ato eleitoral para eleição de novos Órgãos Sociais para o quadriénio 2015/2018. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 133 e em 31/12/2015 foi de 123.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Orgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	1 061 793.58	1 225 687.61
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	26 922.81	0.00
Encargos sobre as Remunerações	230 765.54	243 291.74
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 533.87	6 313.08
Gastos de Acção Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	52 094.90	47 070.37
Total	**1 381 110.70**	**1 522 363.80**

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

© F3M – Information Systems, SA

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Não aplicável.

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	41 388.24	94 444.07
Utentes	0.00	
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	21 470.01	19 939.95
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0	0
Utentes	0	0
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0	0
Utentes	0	0
Total	**62 858.25**	**114 384.02**

17.3 Outras contas a receber e a pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" sub conta Devedores e Credores por acréscimos de gastos e rendimentos tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a Liquidar	143 457.12	222 414.43
Fornecimentos e Serviços	2 874.75	9 202.81
Encargos sobre Remunerações	30 986.74	46 637.51
Juros	285.03	923.60
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 506.57	32 293.28

17.4 Diferimentos

© F3M – Information Systems, SA

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
	0.00	3556.87
Total	**0.00**	**0.00**
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0.00	3556.87

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2015	2014
Crédito Agrícola	500.00	500.00
Total	500.00	500.00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	2945.22	1898.61
Depósitos à ordem	4178.36	6831.64
Depósitos a prazo	0.00	0.00
Outros		
Total	**7 123.58**	**8 730.25**

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62 848.54	0.00	0.00	62 848.54
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	816 704.16	0.00	0.00	816 704.16
Resultados transitados	-576 330.27	0.00	-220 167.70	-796 497.97
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 563 572.55	329 437.68	0.00	1 893 010.23

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	463 082.32	555 893.86
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0.00	0.00
Total	**463 082.32**	**555 893.86**

© F3M – Information Systems, SA

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3 250.08	9 537.11
Segurança Social	51 539.55	56 489.12
Outros Impostos e Taxas	79.54	14.19
Total	**54 869.17**	**66 026.23**

17.10 Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2013	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0.00	0.00	**0.00**	
Remunerações a pagar	0.00	70 286.34	0.00	153 445.14
Cauções	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras operações	0.00	7.83	0.00	33.00
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00
Fornecedores de Investimentos	0.00	**40 102.35**	0.00	**59 140.78**
Credores por acréscimo de gastos	0.00		0.00	**0.00**
Outros devedores e credores	0.00	**-567 179.05**	0.00	**-65 201.37**

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	967 042.59	1 053 782.08
Subsídios de outras entidades	208 504.81	268 837.82
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	**1 175 547.40**	**1 322 619.90**

© F3M – Information Systems, SA

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	186 693.18	162 599.77
Serviços especializados	120 073.59	166 293.21
Materiais	701.90	172.68
Energia e fluidos	96 396.44	134 310.93
Deslocações, estadas e transportes	41.22	133.75
Serviços diversos	57 885.26	56 580.84
Total	**461 791.59**	**520 091.18**

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	20 738.40	6 473.95
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	1 310.09
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	125.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	344 0247.74	127 719.76
Total	**365 111.14**	**135 503.80**

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	1580.39	575.00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	61 315.44	2 644.24
Ações de Formação financiadas pelo F.S.E e outros	0.00	3760.04
Total	**62 895.83**	**6 979.28**

© F3M – Information Systems, SA

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	77 187.03	53 878.18
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	**77 187.03**	**53 878.18**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Resultados Financeiros	**-77 187.03**	**-53 878.18**

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

RIBEIRA DE PENA, 16 de Março de 2016

O Técnico Oficial de Contas

A Direção

© F3M – Information Systems, SA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501404007
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		4 616 564.08	4 551 170.24
Bens do património histórico e artístico e cultural		0.00	0.00
Propriedades de investimento		0.00	0.00
Activos intangíveis		4 387.00	4 879.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
		4 620 951.08	4 556 049.24
Activo corrente			
Inventários		5 215.60	8 262.17
Clientes		62 858.25	114 384.02
Adiantamentos a fornecedores		0.00	0.00
Estado e outros entes públicos		0.00	0.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outras contas a receber		615 734.02	106 812.15
Diferimentos		0.00	3 556.87
Outros activos financeiros		500.00	500.00
Caixa e depósitos bancários		7 123.58	8 730.25
		691 431.45	242 245.46
Total do activo		5 312 382.53	4 798 294.70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 848.54	62 848.54
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		816 704.16	816 704.16
Resultados transitados		-796 497.97	-576 330.27
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1 893 010.23	1 563 572.55
		1 976 064.96	1 866 794.98
Resultado líquido do período		-74 141.33	-220 167.70
Total do fundo de capital		1 901 923.63	1 646 627.28
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		1 765 566.62	1 841 450.38
Outras contas a pagar		0.00	0.00
Outros financiadores		500 000.00	0.00
		2 265 566.62	1 841 450.38
Passivo corrente			
Fornecedores		463 082.32	555 893.86
Adiantamentos de Clientes		0.00	0.00
Estado e outros entes públicos		54 869.17	66 040.42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		322 929.00	190 250.00
Diferimentos		0.00	0.00
Outras contas a pagar		304 011.79	498 032.76
Outros passivos financeiros		0.00	0.00
		1 144 892.28	1 310 217.04
Total do passivo		3 410 458.90	3 151 667.42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 312 382.53	4 798 294.70

A Direcção

O responsável

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

113778244
17529

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501404007

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		545.192,05	616.164,53
Subsídios, doações e legados à exploração		1.175.547,40	1.322.619,90
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		54.458,83	76.145,12
Fornecimentos e serviços externos		461.791,59	520.091,18
Gastos com o pessoal		1.381.110,70	1.522.362,80
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		365.111,14	135.503,80
Outros gastos e perdas		62.895,83	6.979,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		**125.593,64**	**-51.290,15**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		122.547,94	114.999,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**3.045,70**	**-166.289,52**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		77.187,03	53.878,18
Resultados antes de impostos		**-74.141,33**	**-220.167,70**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**-74.141,33**	**-220.167,70**

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 516 562.64	911 507.42
Pagamentos de subsídios		0.00	0.00
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		591 759.48	435 111.83
Pagamentos ao pessoal		1 105 125.99	1 117 247.80
Pagamentos ao Estado		0.00	0.00
Caixa gerada pelas operações		-180 322.83	-640 852.21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		-134 295.27	644 295.75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-314 618.10	3 443.54
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		151 041.89	68 175.77
Activos intangíveis		14 760.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	47 990.06
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-165 801.89	-20 185.71
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		134 429.00	1 701 974.69
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		500 000.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		84 572.97	1 628 453.36
Juros e gastos similares		71 042.71	53 175.82
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		478 813.32	20 345.51
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 606.67	3 603.34
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		8 730.25	5 126.91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 123.58	8 730.25

A Direcção

O Responsável

11 4/24

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 516 562.64	911 507.42
Pagamentos de subsídios		0.00	0.00
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		591 759.48	435 111.83
Pagamentos ao pessoal		1 105 125.99	1 117 247.80
Pagamentos ao Estado		0.00	0.00
Caixa gerada pelas operações		-180 322.83	-640 852.21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		-134 295.27	644 295.75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-314 618.10	3 443.54
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		151 041.89	68 175.77
Activos intangíveis		14 760.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
R imentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	47 990.06
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-165 801.89	-20 185.71
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		134 429.00	1 701 974.69
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		500 000.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		84 572.97	1 628 453.36
Juros e gastos similares		71 042.71	53 175.82
Dividendos		0.00	0.00
Re ão de fundos		0.00	0.00
Ou operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		478 813.32	20 345.51
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 606.67	3 603.34
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		8 730.25	5 126.91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 123.58	8 730.25

A Direcção

O Responsável

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador